



88.2022.8.06.0000,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, JÉSSICA JUCÁ DE OLIVEIRA, matrícula 44898, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Final, símbolo DAE-4, com lotação na 2ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza e nomeá-la para o cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário da Presidência, símbolo DAJ-4, com lotação provisória no Núcleo de Produtividade Remota.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de outubro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 2219/2022**

Convoca, temporariamente, Desembargador para o Órgão Especial, em substituição.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar o Desembargador TEODORO SILVA SANTOS para integrar, temporariamente, o Órgão Especial, na seção de antiguidade, classe oriundos do Ministério Público, em substituição à Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, enquanto perdurar a respectiva licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça adotará as medidas de estilo para viabilizar o acesso aos fluxos processuais correspondentes.

Art. 3º. A Superintendência da Área Judiciária deverá informar a substituição à Secretaria de Gestão de Pessoas, por CPA.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, 20 de outubro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

#### **PORTARIA Nº 2220/2022**

Convoca, temporariamente, Juíza de Direito para substituir Desembargadora.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o artigo 6º, II, da Lei estadual nº 16.208, de 3 de abril de 2017, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário do Ceará, e art. 13, IV, c.c art. 20, incisos IX e XVIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Ceará;

CONSIDERAÇÃO a decisão do Órgão Especial na sessão desta data para convocar a Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça, titular do Juizado da Violência Doméstica contra Mulher da Comarca de Fortaleza para integrar esta Corte de Justiça, em substituição à Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, afastada por motivo de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de outubro de 2022,

RESOLVE:

Art.1º. Convocar a Dra. FÁTIMA MARIA ROSA MENDONÇA, titular do Juizado da Violência Doméstica contra Mulher da Comarca de Fortaleza, para compor este Tribunal, mais especificamente a 3ª Câmara de Direito Público e a Seção de Direito Público, enquanto perdurar a licença para tratamento de saúde da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, com início em 17 de outubro de 2022.

Art.2º. A Superintendência da Área Judiciária deverá, ao final da substituição, lavrar certidão de efetivo exercício da Juíza Convocada, e, mediante CPA, comunicar à Secretaria de Gestão de Pessoas, para a adoção das providências pertinentes.

Art.3º. A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça adotará as medidas pertinentes a viabilizar o acesso da Juíza Convocada aos fluxos processuais correspondentes.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, 20 de outubro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

#### **PORTARIA N.º 295/2022 – Sefin**

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4, inciso I, da Portaria Presidência n.º 320/2021, publicada no DJE n.º 2553, de 17 de fevereiro de 2021;

Considerando o disposto na Resolução do Órgão Especial n.º 23/2018, publicada no DJE n.º 1944, de 12 de julho de 2018;